

Língua, Identidade e Resistência

Entrevista a Geoffrey Hull



O PROF. DR. GEOFFREY HULL (NASCIDO EM SYDNEY, Austrália, em 1955) é Director de Investigação e Publicações no Instituto Nacional de Linguística (INL), da Universidade Nacional de Timor Loro-sa'e. A partir dos anos 80 dedicou uma grande parte da sua investigação enquanto linguista, ao estudo do Tétum e de outras línguas vernáculas de Timor-Leste. Tem numerosas publicações neste campo, incluindo um dicionário de Tétum moderno e uma gramática de referência, para além de ter sido convidado por Xanana Gusmão para delinear a estratégia dominante no que diz respeito à linguagem, educação e identidade nacional na conferência estratégica do Conselho Nacional da Resistência Timorense de Agosto de 2000. Neste artigo, o Professor Hull responde a algumas questões pertinentes sobre a língua, cultura e sociedade em Timor Leste.

No mundo dos falantes de Português, as pessoas não estão muito familiarizadas com o papel da Austrália na recente libertação de Timor-Leste. Ainda menos conhecido é o facto que quase todo o trabalho científico sobre as linguagens de Timor-Leste foi elaborado por um cidadão australiano. Que nos pode dizer sobre este assunto?

Estou a trabalhar sobre as línguas de Timor-Leste desde 1991, quando era leitor de Italiano e Francês na Universidade de Wollongong. Tendo qualificações, ao nível de tradução em Português, foi-me muitas vezes pedido pelo Departamento de Imigração, para traduzir para Inglês documentos portugueses. Dado que a maior parte dos clientes lusófonos era timorense, acabei por conhecer alguns deles pessoalmente e fiquei horrorizado com as histórias que me contaram sobre a ocupação indonésia do seu país. Estava há dois anos na universidade quando os indonésios invadiram Timor-Leste em 1975 e, como a maior parte dos australianos

da minha geração, apoiei fortemente a luta da Fretilin e lamentei a cumplicidade dos nossos governos em relação ao terrível genocídio que se seguiu. A questão de Timor tornou-se um objectivo pessoal em 1991, quando tive a oportunidade de falar directamente com o povo timorense e comecei, então, a interessar-me pelo do Tétum, a língua franca de Timor-Leste.

Alguns meses antes dos massacres de Santa Cruz (12 de Novembro), um amigo meu goês apresentou-me a alguns activistas da Fretilin em Sydney. Estes emprestaram-me dois livros, o evangelho segundo S. Marcos, em Tétum, e uma cópia do antigo dicionário Tétum-Português de Rafael das Dores, publicado em 1907. Lembrou-me de ter levado os livros para casa naquele fim-de-semana e de ter mergulhado a fundo no evangelho, sulcando caminhos através dele ao comparar o texto com a tradução portuguesa, consultando as palavras difíceis no dicionário e tomando dúzias de apontamentos. Ao segundo dia já fazia uma ideia razoável da estrutura do Tétum. Também consegui ficar com uma terrível dor de cabeça.

Foi então para Timor-Leste, com o objectivo de aprender mais Tétum?

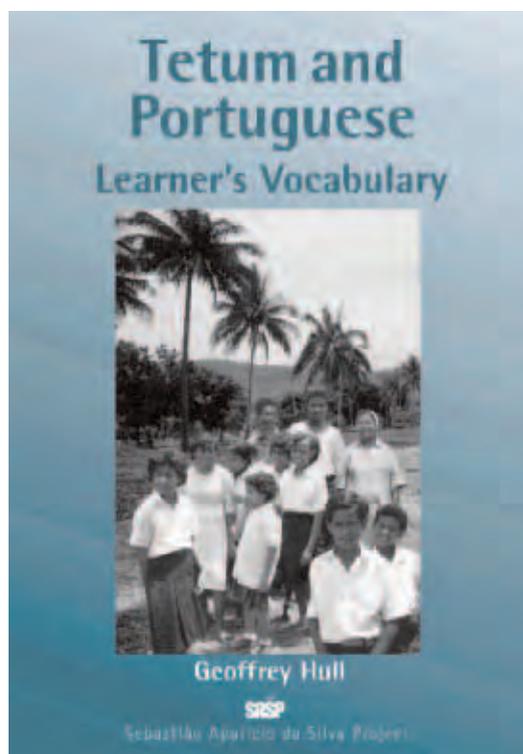
Não, de todo. Foi um caso de, como se costuma dizer, «tão perto e tão longe». Os indonésios tinham reaberto recentemente a sua «27ª província» ao mundo exterior, mas o turismo estava longe de ser encorajado, havendo uma completa proscricção em relação aos linguistas estrangeiros e aos antropólogos no terreno. Não se tratava simplesmente do facto do regime de Suharto querer encobrir as provas da sua campanha genocida. Naquele tempo, os indonésios esforçavam-se por impor a sua língua à população. O Português tinha sido proibido e o Tétum e outras línguas vernáculas foram marginalizadas e excluídas do sistema educativo. A presença de estrangeiros que mostrassem interesse nas lín-

guas locais era, por isso, altamente indesejável.

Não fiquei desanimado, dado haver imensas oportunidades para aprender e praticar Tétum em Sydney, onde centenas de famílias timorenses se tinham instalado. Devo destacar que o meu Português, até então passivo, se tinha tornado fluente como resultado dos meus contactos com os naturais de Timor-Leste na Austrália. É, aliás, a razão pela qual falo Português com uma pronúncia vagamente timorense. E também porque gosto de contrariar aqueles que defendem que o Português é uma língua «morta» em Timor, proclamando eu que o Português que falo foi adquirido no contacto com os nativos de Timor-Leste e não com cidadãos de Portugal ou do Brasil, dado que, em toda a minha vida, apenas passei um total de três dias em Portugal.

A sua Universidade encorajou-o a estudar Tétum?

Nos anos noventa, a sociedade Australiana estava dividida quanto ao problema de Timor-Leste. Havia muitas pessoas comprometidas na luta pela independência, mas outras, especialmente aquelas ligadas ao governo e à administração pública, consideravam Timor uma causa perdida; entre estas, havia quem apoiasse activamente a integração do país na Indonésia. As nossas Universidades, que tinham sido palco de opiniões radicais e progressivas durante os anos sessenta, por volta dos anos noventa tornaram-se instituições muito conservadoras, subordinadas ao controle governamental através de cortes orçamentais muito drásticos. O Governo trabalhista de Paul Keating favoreceu o estudo das ciências e da economia, mas destruiu o estudo das humanidades nas Universidades Australianas. Os estudantes das áreas da linguística, da literatura e dos temas culturais começaram a ter dificuldades em obter financiamento governamental para subsídios à investigação como



alternativa aos incrementados programas de ensino.

Enquanto estudante das línguas de Timor-Leste, encontrava-me em situação particularmente desfavorecida, dado que a política de universidade em relação à investigação era o reflexo das políticas governamentais. Uma vez que o Governo Indonésio tinha banido o estudo das línguas de Timor-Leste (o que foi obedientemente observado por aquelas universidades australianas cujos linguistas tinham licença para fazerem trabalho de campo na Indonésia), depois da publicação do meu primeiro livro sobre o Tétum, em 1992 (o curso *Mai Kolia Tetun*), fui vetado pelos meus colegas nos departamentos universitários pró-Suharto. Por toda a parte, nos anos noventa, os meus escritos foram sistematicamente ignorados e o acesso foi-me

negado a toda e qualquer importante subvenção governamental.

Felizmente, através da generosidade da Igreja Católica Australiana e a um patrocinador privado japonês, consegui continuar a minha investigação na Universidade de Western Sydney (onde comecei a trabalhar em 1993). Lamentavelmente, existe uma tendência, por parte do Governo Australiano, em considerar Timor-Leste um apêndice cultural de Java. É a razão pela qual se está a revelar impossível para o INL, desde 1999, obter qualquer material de apoio por parte dos burocratas de Camberra, cuja ideia de promover o desenvolvimento da língua em Timor-Leste consiste em exportar professores de Inglês falantes de Indonésio.

E o Professor conseguia, pelo menos, corresponder-se com pessoas de Timor-Leste, nesse tempo?

Corresponder-me era sempre difícil e perigoso, devido à vigilância indonésia sobre os sistemas postal e telefónico. Para a recolha de dados, tive primeiro que depender dos membros da comunidade timorense de Sydney, incluindo Benjamim de Araújo e Corte-Real, hoje Director-Geral do nosso Instituto e Reitor da Universidade, que estudou para obter o seu grau de Mestre em Artes e Doutoramento na Universidade Macquarie (Sydney), em meados dos anos noventa. Depois, em 1995, recebi uma carta de encorajamento de um padre jesuíta do Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Díli. Este padre animou-me a continuar a produzir as fontes da língua Tétum e ofereceu-se para me assistir na investigação sobre as linguagens regionais, distribuindo dois longos questionários aos seus alunos. Durante vários anos os estudantes preencheram os questionários e o meu «sócio-padre» gravou todos os dados em registos sonoros magnéticos.

Todos os materiais que me foram enviados de Díli por correio, chegaram, felizmente, são e salvos e foram utilizados para completar a informação que tinha conseguido recolher junto dos membros da comunidade timorense na Austrália. Neste último projecto, um timorense que cresceu na Austrália, de nome José Manuel Viagas, assumiu o papel de assistente de investigação. Graças a estas pessoas, que me facilitaram o estudo e a dezenas de colaboradores voluntários que generosamente dispuseram do seu tempo, consegui coligir, por volta de 1999, uma informação extensa sobre a maioria das línguas e dialectos do território. A tarefa seguinte era, claro, analisar todo esse material, um imenso empreendimento, em curso desde então.

Conseguiu alguma vez visitar Timor-Leste durante a ocupação Indonésia?

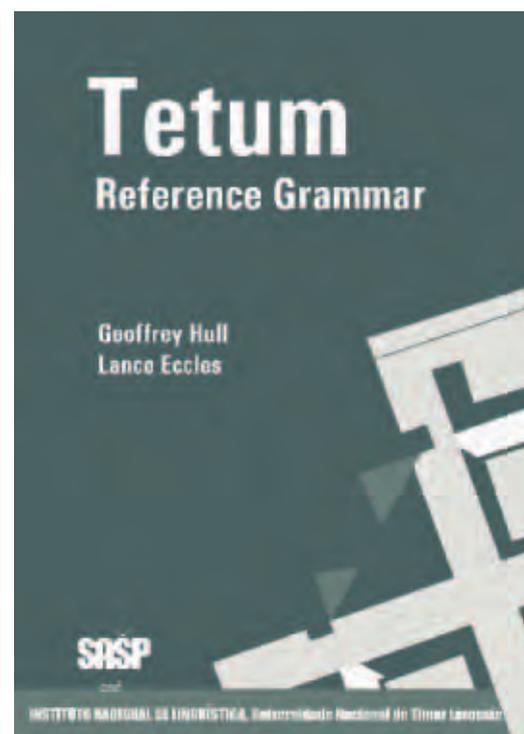
Sim, duas vezes, mas apenas por períodos muito curtos. Nas duas ocasiões acompanhei uma delegação episcopal australiana, como intérprete de Português e Tétum. Não eram, como é óbvio, oportunidades para trabalho de campo, mas consegui praticar o meu Tétum e sobretudo estabelecer contactos com pessoas chave no território. Durante a visita de 1994, o Bispo Belo conseguiu que eu e outro colega australiano visitássemos a Universitas Timor Timur (UNTIM) que tinha sido instalada em Díli pelo Governador Mário Carrascalão, nos anos oitenta. A partir daquela altura, a UNTIM endossou oficialmente o meu projecto de investigação, mas Jacarta, como era de prever, fez orelhas moucas aos pedidos de licença para trabalho de campo.

Recordo uma experiência linguística interessante durante essa visita. A UNTIM convidou-nos para jantar num restaurante e um colega javanês (claramente enviado para espiar) acompanhou-nos. Fiquei surpreendido e deliciado ao ver que um dos representantes da

UNTIM, o Sr. Armindo Maia (hoje Ministro de Educação e Cultura), tinha a coragem de me falar em Português, enquanto outro colega timorense respondia intencionalmente em Inglês às questões que eu lhe colocava em Português. Como eu não falava fluentemente Indonésio, o «chaperon» javanês deve ter-se sentido bastante frustrado já que a língua oficial da «27ª província» tinha sido excluída da conversa. Este é um dos muitos exemplos da determinação dos timorenses em levar a melhor sobre a ocupação através da resistência cultural (como advogado por Xanana Gusmão), quando a resistência armada não fosse possível.

Como encontrou a situação geral de Timor-Leste naquela altura?

Para mim era muito claro que as numerosas críticas acerca da actuação Indonésia em Timor-



-Leste não eram exageradas. O território era como um feudo do Exército Indonésio, onde os militares estavam omnipresentes. A indisciplina das tropas indonésias e da polícia era fenomenal. Eles podiam fazer praticamente tudo o que queriam em relação aos timorenses, sem consequência alguma. Era evidente que a maioria da população se ressentia profundamente da ocupação e simpatizava com a resistência. Aterrorizados com as represálias, os civis aprenderam a ser tímidos e circunspectos ao falar com estrangeiros, mas ouvi algumas condenações surpreendentemente francas acerca da ocupação, vindas de indivíduos cuja confiança mereci, enquanto católico e falante de Tétum e de Português.

Na minha segunda visita, em 1997, era membro da delegação enviada pelo Conselho Católico de Justiça Social Australiano (Australian

Catholic Social Justice Council), para elaborar um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na região.

Pode-nos dizer alguma coisa acerca dessa visita?

A visita foi facilitada pelo Senhor Clementino do Amaral, nessa altura a trabalhar para a Comissão dos Direitos do Homem da Indonésia (Komnas Ham). Recolhemos provas de um vasto leque de abusos no que diz respeito aos Direitos Humanos e apresentamos, posteriormente, um dossier aos militares e aos comandantes da polícia em Timor-Leste e Bali, que prometeram elaborar uma resposta, o que nunca fizeram. Outras cópias foram enviadas para a Senhora Mary Robinson, nas Nações Unidas, ao Governo Australiano e ao Vaticano. Também me foi pedido por um oficial superior do Komnas Ham que elaborasse um relatório sobre as razões culturais que determinariam a dificuldade das populações timorenses em aceitar a integração. Preparei uma informação detalhada, mas não houve resposta. Pela minha parte, acho que todo este silêncio era a prova da má-fé por parte dos Indonésios.

Vimos algumas cosas tristes em Timor-Leste. Há uma imagem que ainda me atormenta, a de umas três dezenas de adolescentes de Quelicai metidos numa jaula, no pátio das traseiras da esquadra de Polícia de Baucau. Faziam parte de uma multidão dentre a qual alguém lançou granadas à passagem de um veículo da polícia, e foram sumariamente detidos. Os rapazes pareciam aterrorizados, e alguns apresentavam marcas de agressões. Não havia espaço suficiente para se deitarem, à noite, e a jaula tinha apenas um buraco para fazerem as suas necessidades. Lembro-me de ter tentado falar com eles em Tétum, mas de obter apenas o silêncio por resposta, porque havia polícias indonésios por perto. Por fim, o Bispo austra-





liano que estava connosco disse algumas palavras em Inglês, que o Sr. Amaral traduziu para Tétum. O Bispo disse aos rapazes que Jesus tinha pedido aos seus seguidores para visitar os que estavam presos; depois deu-lhes umas pagelas através das barras da jaula e os rapazes beijaram-lhe a mão. Sentimo-nos todos impotentes perante aquela cena.

A visita ao pátio das traseiras da esquadra da Polícia não figurava na nossa agenda oficial. No fim do dia, em Baucau, um jovem polícia javanês veio ver-nos e insistiu para que o acompanhássemos à esquadra na manhã seguinte onde tinha algo que gostaria de nos mostrar. Na verdade, não tínhamos muita vontade de lá voltar, dado estarmos cansados e ansiosos por regressar a Díli. Mas o polícia insistiu tanto que acabámos por ceder. Depois de termos visto os jovens prisioneiros na gaiola, soubemos porque razão o polícia tinha organizado aquela visita.

Quando saímos, ele disse: «Agora que vocês viram isto, podem conseguir que alguma coisa seja feita a este respeito». Acabámos por saber que os rapazes de Quelicai tinham sido detidos há mais de dois meses, sem julgamento, tendo sido mantidos na jaula durante todo esse tempo. À noite, os soldados indonésios iam meter-se com eles, atormentando-os por puro divertimento, agredindo-os através das barras da jaula, queimando-os com pontas de cigarros, regando-os com água e mesmo urinando-lhes para cima.

O jovem sargento de Java tinha pedido aos seus superiores para serem proporcionadas melhores condições humanitárias aos prisioneiros, mas o seu apelo tinha sido ignorado. Nós fizemos, naturalmente, um relatório dirigido às Autoridades indonésias e à Cruz Vermelha, mas deixámos Timor com a convicção de que provavelmente nada seria feito até que os rapazes fos-



sem julgados ou soltos. Voltei para a Austrália sentindo-me culpado pela liberdade de que gozava.

O facto do Governo indonésio e o seu exército não enfrentarem críticas sobre a brutalidade do seu regime suscitou em mim uma grande desconfiança acerca da decisão das Nações Unidas de atribuir apenas à Indonésia a responsabilidade pela manutenção da ordem na altura do referendo de 1999. A 6 de Setembro, dia do meu aniversário, iniciou-se o saque de Timor-Leste,

depois do anúncio do resultado do referendo no Sábado anterior (a 4 de Setembro festejava-se o aniversário da subida a diocese de Díli). É uma data que nunca esquecerei.

À parte a simpatia para com a causa de Timor-Leste e o conhecimento do Português, o que o preparou para estudar as línguas de Timor-Leste tão profundamente?

Uma das razões pelas quais o meu trabalho foi ignorado por linguistas pró-indonésios na

Mercado de Díli.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Austrália deveu-se aos meus antecedentes académicos. Vim para esta área enquanto especialista em línguas Românicas e não nas Austronésias ou Papuas. Os estudiosos que se dedicavam às línguas da Indonésia do Leste tinham habitualmente uma base destas disciplinas, bem como um bom conhecimento do Malaio e do holandês, duas línguas indispensáveis para ler e interpretar a vasta literatura nesta área. No entanto, quanto mais estudava o Tétum e as outras línguas timorenses, mais compreendia a relação íntima existente entre essas línguas e o Português, uma língua Românica. Dado que o Tétum-Praça é uma língua muito mais híbrida, na qual os elementos Neolatinos predominam actualmente sobre os indígenas, uma base de linguística Românica pode dificilmente ser considerada irrelevante para o estudo das línguas timorenses.

[...]

Não acha que os timorenses são um povo conservador?

Foi muitas vezes dito que os timorenses resistiram à ocupação indonésia por causa do seu conservadorismo inato. No entanto, confundir conservadorismo e tradicionalismo constitui um erro fundamental. Se, por conservadorismo, se entende permanecer teimosamente agarrado ao *status quo*, então os timorenses não são, certamente, conservadores. Os únicos verdadeiramente conservadores em Timor-Leste são os que constituem a pequena minoria que livremente votou pela união com a Indonésia, em 1999 e que lamentam o progressivo desaparecimento da língua e da cultura indonésia que está a acontecer actualmente. Parecem-se mais com os neo-comunistas na Rússia. Os conservadores raramente fazem revoluções ou combatem na resistência. O verdadeiro tradicionalismo está tão preocupado com o presente e o futuro, como com o passado e, ao considerar o passado, dis-

tingue cuidadosamente o que é nuclear do que é periférico.

É interessante, neste contexto, observar quais os elementos do passado foram reconhecidos pelo povo como essenciais e os que não considerou como tal. As tradições da colectividade, no que diz respeito ao catolicismo e ao uso da língua portuguesa, pertencem à primeira categoria; a tradição de serem caçadores de cabeças, poligâmicos, guerreiros inter-tribais e falantes de malaio, pertence à segunda. A tradição é, basicamente, uma síntese. A síntese cultural timorense é detectável, não apenas nas línguas híbridas do território, mas também na sua religião predominante, um catolicismo devoto que não exclui as múltiplas práticas herdadas do velho animismo, que harmoniza com a doutrina cristã; por exemplo, o culto da morte, uma importante instituição timorense, apoiada e não fragilizada pela Igreja. A minha perspectiva é a de que a tradição autêntica é tanto *processo* quanto *conteúdo*.

O senhor foi muito crítico quanto às tentativas de promover o Inglês em Timor-Leste, em detrimento do Português. Porquê?

Sou meio-inglês e muito orgulhoso da minha herança britânica. Amante da língua inglesa, como sou, fico furioso quando vejo o abuso que dela fazem enquanto ferramenta de poder e de substituição das línguas étnicas, em vez de ser delicadamente proposta como um meio de enriquecimento cultural. Mais ainda, como cidadão australiano considero que promover as boas relações com Timor-Leste, os nossos vizinhos mais próximos, é um ponto de honra nacional. Respeitar os nossos vizinhos significa aceitá-los como são e ajudá-los *à maneira deles*, não à nossa.

O povo de Timor-Leste tornou claro que valoriza o Português como elemento essencial e inalienável da sua identidade nacional; os indo-

nésios tentaram impor a sua língua e falharam. O facto de o Português ter sobrevivido à perseguição que lhe foi movida, prova que é parte integrante da cultura nacional (ao contrário do holandês que desapareceu completamente da Indonésia depois da independência). Neste sentido, o Português não pode ser considerado uma língua «colonial», mas sim uma língua livremente adoptada. Os linguistas sabem que o Tétum e o Português coexistiram num relacionamento mutuamente benéfico e que o Português é o suporte natural do Tétum no seu desenvolvimento continuado.

O cenário mais desastroso para o futuro da cultura de Timor-Leste seria aquele em que o Português fosse afastado e o Inglês e o Tétum fossem erigidos como línguas oficiais. O Tétum dificilmente poderia competir com uma língua tão agressiva e altamente prestigiada como o Inglês, ainda por cima uma língua com a qual (ao contrário do Português) nunca teve relações históricas. Basta ver o destino do Tagal nas Filipinas depois da invasão americana, quando o Espanhol foi marginalizado e o Inglês passou a ter a supremacia. Apesar do estatuto do Tagal, língua nacional e co-oficial, a língua que detém o maior prestígio na vida das Filipinas é o Inglês, uma língua colonial estranha à tradição nacional e, até aos dias de hoje, pobremente assimilada. É significativo que o Inglês falado pelos Filipinos instruídos seja comparável, em qualidade, com o Português da sua contrapartida timorense. A razão? A língua universal de Timor-Leste, o Português, é genuinamente uma instituição *nacional*, enquanto o Inglês das Filipinas não o é. A «filipinização» como destino é precisamente aquilo que Timor-Leste ansiosamente tenta evitar e nenhum australiano responsável deveria argumentar em seu favor.

Como alguém parcialmente descendente de malteses, tive também oportunidade de observar «a partir de dentro», os efeitos de uma revo-

lução cultural similar, em Malta. Malta fazia parte da esfera cultural italiana antes dos britânicos (que ocupavam a ilha desde 1800) decidirem, em 1934, abolir a língua de cultura tradicional, o Italiano, e proclamar o dialecto maltês co-oficial com o Inglês colonial. O destino do Italiano e do Maltês, em Malta, foi aproximadamente o mesmo do Espanhol e do Tagal nas Filipinas e o prejuízo social provocado pela anglicização antinatural de uma cultura latina foi paralelo nos dois países. Em 1993 publiquei um livro sobre este assunto, intitulado *The Malta Language Question: A case Study in Cultural Imperialism*. Há muitas lições que Timor-Leste pode retirar destas páginas.

E, no entanto, muitos jornalistas anglo-falantes queixam-se amiúde que há uma «questão linguística» em Timor-Leste, onde os jovens são alegadamente hostis ao Português, língua que gostariam de ver substituída pelo Inglês.

Lamento ter de dizer que a maioria de esses «jornalista anglo-falantes» são australianos. Deveriam saber mais, considerando o que aconteceu aos povos indígenas da Austrália, em relação aos quais o nosso governo lançou um programa de «reconciliação nacional» que chega um pouco tarde para as vítimas de etnocídio, como se verificou. Essas pessoas, obcecadas em impor a língua inglesa em Timor-Leste são quase invariavelmente brancos, da classe média e falantes de uma só língua. É ilusório considerar a Austrália como uma «nação». O nosso país é um continente inteiro e tem tanta variedade étnica como a América do Norte, ou do Sul. Quando os britânicos a invadiram, em 1788, havia mais de 250 línguas faladas. A população moderna da Austrália inclui originários da Europa continental, Ásia, África, das Américas e da Oceânia. Oficialmente, pelo menos, um cidadão australiano que fale português em casa, é tão australiano quanto um australiano que ape-



© EDUARDO CAIBRO

nas sabe falar Inglês, cujo sangue lhe corre nas veias.

Os indígenas australianos, que sofreram na pele um dos piores regimes coloniais conhecidos, terão tomado uma bem diferente posição

relativamente à «questão da língua» em Timor-Leste. Tendo sido espoliados das suas línguas e culturas pelos iluminados e monofalantes australianos brancos, cuja filosofia orientadora era o mito do progresso e cuja verdadeira religião é

idolstrar a tecnologia, os Australianos aborígenes, se consultados sobre Timor-Leste, teriam certamente respondido que seu povo fará melhor organizando os seus próprios assuntos e mantendo a essência das suas antigas tradições, em vez de as trocar por comida rápida e contraceptivos a fim de merecer o respeito dos australianos brancos que, há uma década, aplaudiam as proezas de Suharto na «27ª» província. A imagem de uma Austrália «rica», representada a ajudar um «pobre» Timor-Leste é apenas uma meia-verdade. A outra metade é que a Austrália branca, miseravelmente pobre nas coisas metafísicas, tem tudo a aprender com a riqueza cultural e espiritual de Timor-Leste.

Não nego, claro, que alguns jovens adultos, em Díli e Baucau, foram convencidos de que o Inglês é a panaceia e o Português é uma carga inútil, prisioneira do passado, que lhes foi imposta pela nostalgia dos seus pais. Mas quando ouço estas declarações, olho em volta e, geralmente, constato que esses jovens foram influenciados por «amigos» estrangeiros, falantes de inglês. Esta irresponsável propaganda anglófila, atenuou os efeitos da educação indonésia, cujo propósito era criar uma geração de timorenses na total ignorância da sua História e da sua cultura nacional, e instilar neles uma atitude crassamente materialista face à educação. Significativamente, a segunda língua de preferência na Indonésia é o Inglês, a porta para o dólar rápido. Uma das tarefas do novo governo será a de explicar às vítimas da educação indonésia a verdade sobre a sua identidade enquanto timorenses, para que as suas ideias lhes sejam próprias, não as de estrangeiros etnocêntricos ou anglicizados.

[...]

Que linguistas estudaram as línguas de Timor-Leste antes de ter começado o seu trabalho?

É interessante constatar que existe uma relação muito próxima entre o estudo das línguas vernáculas de Timor-Leste e as da vizinhança do continente australiano. O fio condutor é o Reverendo Dr. Arthur Capell que, assim como foi, reconhecidamente, o «pai» dos estudos sobre as línguas aborígenes australianas, escreveu a primeira monografia científica sobre as línguas de Timor-Leste, entre 1943 e 1944. Nesse tempo, o Dr. Capell, um padre anglicano, dava aulas de linguística no Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney. Ouvi dizer que um grupo de 500 Timorenses de Leste, fugidos da ocupação japonesa com D. Jaime Goulart – o administrador apostólico de Díli – tinham sido instalados num campo de refugiados perto de Newcastle, a norte de Sydney. O Dr. Capell já tinha um amplo conhecimento das línguas da região do Pacífico e, curioso por aprender mais sobre as faladas no Timor Português, visitou os refugiados e coligiu dados sobre oito das línguas. Mais ou menos pela mesma altura, o Sr. Álvaro Brilhante Laborinho, Cônsul português em Sydney, deu ao Dr. Capell uma cópia do livro do Capitão José Marinho, *Timor: quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, obra que lhe deu muita informação etnológica básica de grande utilidade para o seu estudo. O artigo de Capell «Povos e Línguas de Timor» foi publicado em três números da revista australiana *Oceânia*. Antes de voltar para a sua diocese arruinada, é de assinalar, de passagem, que D. Jaime foi consagrado como primeiro Bispo de Díli, na capela do Seminário de St. Patrick, em Sydney, a 28 de Outubro de 1945.

Entre o Dr. Capell e eu próprio, nenhum australiano forneceu alguma contribuição significativa para a linguística de Timor-Leste, em grande parte preservada por estudiosos portugueses, como António de Almeida, o Padre Artur Basílio de Sá e Luís Filipe Thomaz.

Militares das Falintil no acantonamento de Ailéu.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



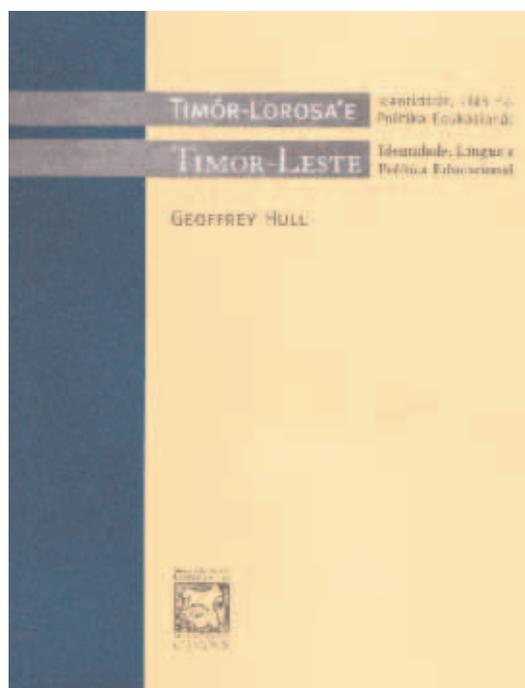
Há outros australianos, portugueses e outros a trabalhar regularmente nas línguas de Timor-Leste?

Infelizmente o seu número é muito pequeno, devido ao facto dos estudantes de linguística serem em geral desencorajados a trabalhar no tema das línguas de Timor-Leste nos anos 90. O Dr. Lance Eccles, um linguista na Universidade Macquarie, juntou-se a mim em muitos dos meus projectos de investigação e foi responsável comigo pela co-autoria da *Tetum Reference Grammar*, lançada em Díli neste mês de Fevereiro (2002), pelo Ministro da Educação e Cultura, na presença do Bispo Belo. Neste momento o Dr. Eccles, que é sinologista, está a trabalhar numa descrição do dialecto Hakka, falado pela comunidade chinesa de Timor-Leste.

Uma holando-australiana, Catharina van Klinken, frustrada no seu interesse em Timor-

-Leste pelos supervisores da sua Tese politicamente consciente, acabou por ir para Timor Ocidental, estudar um dos dialectos Tétum Belunenses, falados perto da fronteira. Neste momento está a trabalhar para as Nações Unidas como Lexicógrafa Tétum. Um antigo estudante meu na Universidade de Melbourne, John Hajek, juntou uma série de contribuições para o estudo do Tétum, e também posso destacar um trabalho similar feito em Português por João Paulo Tavares Esperança, que publicou, em 2001, os seus *Estudos de Linguística Timorese*.

(A propósito de estudantes, devo acrescentar que Kristy Sword, a mulher de Xanana Gusmão, foi uma das minhas estudantes na Universidade de Melbourne, nos anos oitenta. Nessa altura ela estava a estudar Indonésio e eu a ensinar Línguas Românicas, e nenhum de nós sus-



peitava que os nossos caminhos se viriam a cruzar outra vez, um dia, em Timor-Leste).

Alguns outros estudiosos – incluindo antropólogos e historiadores – deram esporadicamente a sua contribuição à revista científica *Estudos de Línguas e Culturas de Timor-Leste*, que eu fundei em 1988 e que é hoje o órgão oficial da INL. No entanto, a verdade é que temos muito poucos linguistas para um país de dezasseis línguas indígenas e muitos mais dialectos. Há também a tarefa urgente e imensa de traduzir para português os instrumentos teóricos linguísticos até agora produzidos em Inglaterra. Este trabalho começou com dificuldade por falta de tradutores e fundos para pagar aos tradutores.

Depois da Independência, os linguistas estrangeiros que desejem empreender trabalho de campo em Timor-Leste vão ter de obter uma licença governamental de investigação, fornecida pela INL. Esta medida é necessária para

assegurar que os estrangeiros que contribuem para o desenvolvimento da língua, o fazem em cooperação com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e e em conformidade com o Artigo 13º da Constituição, que define o Tétum e o Português como as línguas oficiais e garante o apoio às outras línguas vernáculas, denominadas «línguas nacionais».

Quais as prioridades correntes no seu trabalho?

Basicamente duas: formar uma nova geração de linguistas timorenses, que desenvolvam e continuem os meus trabalhos, e produzir uma série de instrumentos básicos (gramáticas, dicionários, abecedários, etc.) para o Tétum e outras línguas. Devido aos graves problemas de infra-estruturas em Timor, sou obrigado a fazer muito do meu trabalho escrito em Sydney, onde tenho acesso à tecnologia, às bibliotecas e posso consultar colegas. Do mesmo modo, como o trabalho gráfico em Díli, é ainda embrionário, a maior parte da impressão de livros ainda é feita na Austrália.

Alguns dos livros que foram dados à estampa eram publicações da INL. Outras publicações – manuais de língua e outros instrumentos de trabalho destinados ao uso de não timorenses – são publicados pelo Projecto Sebastião Aparício da Silva, baseado em Sydney e assim chamado em honra do Padre Missionário português que elaborou o primeiro dicionário Tétum, em 1889. Como a INL ainda não tem uma página oficial na Internet, as notícias relativas às nossas actividades podem ser encontradas na página da Internet deste Projecto Sebastião Aparício da Silva, cujo endereço electrónico é o seguinte: <http://www.ocs.mq.edu.au/leccles/easttimor.html>.

Finalmente, em nome do Instituto Nacional de Linguística, agradeço a oportunidade de tornar mais conhecido o nosso trabalho no universo da comunidade Lusófona.